

PANORAMA DA EQUIDADE

Os desafios da gestão feminina no Brasil

Especialistas analisam o cenário nacional envolvendo mulheres em cargos de liderança e apontam caminhos possíveis para se alcançar a igualdade de gênero no mercado de trabalho

» LARA COSTA*

A área jurídica, na qual Juliana trabalha, é historicamente dominada por homens, apesar de as mulheres serem maioria nos cursos de direito e nos exames da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Segundo um estudo da Associação Brasileira de Jurimetria (ABJ), apenas 30% das mulheres advogadas ocupam posições de chefia em escritórios de advocacia.

Juliana Daher Tesolin, 48 anos, dedicou-se ao serviço público por 18 anos, trabalha como professora de graduação e pós-graduação em direito na Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília e, atualmente, é advogada e sócia do escritório Campbell Marques e Tesolin Advocacia. Para ela, a discrepância apontada pelo estudo é resultado de barreiras invisíveis que limitam o avanço profissional feminino, chamadas “teto de vidro”.

A advogada conta que, em audiências, não é raro que advogadas sejam interrompidas, subestimadas ou tratadas de forma condescendente por juízes, promotores ou até mesmo colegas de profissão. Nesse contexto, uma das barreiras mais difíceis de superar são os preconceitos de gênero que permeiam a advocacia, porque mulheres precisam provar continuamente a competência em ambientes majoritariamente “masculinos”.

“Entendo que superar esses desafios exige resiliência, inovação e uma abordagem estratégica para lidar com os obstáculos do mercado e as questões

estruturais do país, aliados à questão de lidar com preconceitos de gênero no caso das advogadas”, observa Juliana.

Altos cargos

No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, havia 39,3% mulheres ocupando cargos gerenciais, registrando um aumento em 3,3 pontos em relação a 2012. Mesmo com esse avanço, a participação da mulher em cargos de chefia no Brasil é considerada insatisfatória.

Estudo da empresa Teva Indices revela que mais de 56% das empresas não contam com nenhuma mulher na diretoria, no conselho fiscal ou no comitê de auditoria. Das mais de 8 mil vagas em colegiados de liderança nas empresas brasileiras listadas, apenas 15,5% são ocupadas por mulheres, com aumento de apenas 5,8% na representatividade feminina nos últimos cinco anos.

Apenas 14,8% dos assentos de conselho de administração são ocupados por mulheres, o que equivale a 336 contra 1.928 homens conselheiros. “A atenção dada à falta de diversidade de gênero nos conselhos de administração contribuiu para a diminuição do gap nesses colegiados. O olhar deve se voltar para além de apenas os conselhos de administração, a fim de promover mudanças mais amplas e significativas”, diz trecho da pesquisa.

Percepção social

Desenvolvido em parceria com o Fórum Global de Reykjavík, desde 2018, o Índice de Liderança de Reykjavík é a medida de como

Divulgação



Juliana Daher, 48: “Superar o preconceito exige resiliência, inovação e uma abordagem estratégica”